

## Interior

Autos nº. 0000745-65.2017.8.16.0162

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - DOUTORA KARINA DE AZEVEDO MALAGOLIS, MM. JUÍZA DE DIREITO DAVARA CÍVEL DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.**

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE CREDORES, TERCEIROS E EVENTUAISINTERESSADOS NO PEDIDO DE Recuperação Judicial nº. 0000745-65.2017.8.16.0162, DAS EMPRESAS SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., PENHAS JUNTAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., ZANIN AGROPECUÁRIA LTDA., TERMINAL ITIQUIRA S/A e B.V.S PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA. (ART. 52, § 1º, DA LRF, LEI Nº 11.101/2005). PRAZO DE QUINZE (15)DIAS.**

**Por meio do presente edital, expedido nos Autos de Recuperação Judicial nº. 0000745-65.2017.8.16.0162 - PROJUDI, nos termos da Lei 11.101/2005, requerida por SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. (CNPJ 75.739.086/0001-78); PENHAS JUNTAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ 11.746.888/0001-22); ZANIN AGROPECUÁRIA LTDA. (CNPJ 33.731.324/0001-59); TERMINAL ITIQUIRA S/A (CNPJ 13.567.378/0001-13) e B.V.S PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA. (CNPJ 53.684.965/0001-52), faz saber aos credores sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial e a terceiros interessados que o processo nº. 0000745-65.2017.8.16.0162 foi dirigido a este Juízo com os requerimentos conforme resumo da petição inicial, abaixo transcrito. Faz saber que foi deferido o processamento da Recuperação e que os credores, querendo, terão prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste edital, para apresentar à Administradora Judicial Credibilidade Administrações Judiciais (CNPJ 26.649.263/0001-10), com sede na Av. do Batel, 1750, conj. 201/207, em Curitiba-PR - CEP 80420-090, telefone (41) 3156-3123, suas habilitações e divergências quanto aos créditos abaixo relacionados, tudo conforme o teor do artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei nº 11.101/2005. As habilitações ou divergências manifestadas pelos credores deverão ser encaminhadas, por escrito e com documentos comprobatórios, à Administradora Judicial. A documentação pode ser previamente enviada por e-mail (de forma digitalizada) para [rjseara@credibilita.adv.br](mailto:rjseara@credibilita.adv.br), e, posteriormente, deve ser encaminhada por via física (de forma impressa), para o endereço da Administradora Judicial em Curitiba - PR (Av. do Batel 1750, conj. 201/207 - CEP 80420-090), sob pena de não recebimento da divergência ou habilitação na etapa administrativa. Além da apresentação dos documentos, os credores deverão informar nome, CPF/CNPJ e endereço, incluindo telefone e e-mail, assim como o valor do crédito atualizado até a data do pedido de Recuperação Judicial (20/04/2017), sua origem e classificação, além dos documentos comprobatórios do crédito e o cálculo pormenorizado da divergência e/ou habilitação, a indicação e a especificação da garantia, se houver, o respectivo instrumento e o correspondente registro nos cartórios e/ou órgãos competentes.**

**RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL DA RECUPERANDA:**

As Recuperandas apresentaram o pedido de Recuperação Judicial argumentando que entraram em processo coletivo de crise que vem se agravando diariamente, cujas razões são as mais diversas, mas em posição de destaque está a inadimplência do Governo Federal em restituir seus créditos tributários. Somado a isto, colaboraram para a crise os prejuízos sofridos no ano de 2016 por conta da grande exposição à oscilação dos preços da soja e do milho, que atingiram preços máximos históricos, bem como a não renovação das linhas de créditos financeiros para o desenvolvimento das atividades. I- Das constituições societárias e constituições atuais das Requerentes: a) Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - Esta empresa iniciou suas atividades em 1973, na cidade de Sertanópolis-PR, e tem como objeto social essencialmente a produção por conta própria ou de terceiros, comércio de insumos agrícola, compra e venda de açúcar e seus derivados, compra e venda de grãos, fabricação de produtos agropecuários, fabricação, importação e exportação de derivados de milho, ração para animais, logística para armazenagem, transbordo e escoamento de safra, e transporte de grãos. Capital social de R\$ 110.000.000,00. A administração da sociedade é exercida pelo sócio Santo Zanin Neto. Compõem o quadro social da sociedade seus filhos: Marcella Caetano Barbosa Zanin Almeida, Brunna Caetano Barbosa Zanin, Benedito Zanin Neto e Santo Zanin; b) Penhas Juntas Administração e Participações Ltda. - foi constituída em 19 de março de 2010, na cidade de Londrina-PR, e tem como objeto social essencialmente a participação em outras sociedades, administração de bens próprios, exploração de atividade agropecuária, compra e venda e arrendamento de imóveis rurais e urbanos, compra e venda de veículos e aeronaves, locação de horas de voo. Capital social de R\$ 3.457.400,00. A administração da sociedade é exercida pelos sócios Marcella Caetano Barbosa Zanin Almeida, Brunna Caetano Barbosa Zanin, Benedito Zanin Neto e Santo Zanin; c) Zanin Agropecuária Ltda. - foi constituída em 15 de março de 1990, na cidade de Sonora-MS, e tem como objeto social essencialmente a exploração de atividade agrícola e pecuária, comércio atacadista de produtos químicos, cereais beneficiados, insumos agrícolas, farelos e resíduos agrícolas, fertilizantes, defensivos e prestação de serviços de recepção, secagem, padronização, embalagem, transbordo e depósito de produtos agrícolas, além de serviços de transportes de cargas. Capital social R\$ 3.186.410,00. A administração da sociedade é exercida pelo sócio Benedito Zanin Neto, sendo sócia cotista majoritária a Requerente Penhas Juntas; d) BVS Produtos Plásticos Ltda. - foi constituída em 1984, na cidade de São Paulo-SP, e tem como objeto

social essencialmente o comércio atacadista de embalagens. Capital social de R \$ 20.000.000,00. A administração da sociedade é exercida pelo sócio Benedito Zanin Neto, sendo sua sócia majoritária a Requerente Seara; e) Terminal Itiquira S/A - constituída em 2011, na cidade de Itiquira-MT, e tem como objeto social essencialmente a prestação de serviços de recepção e transbordo intermodal, secagem, limpeza, padronização e depósito de produtos agropecuários. Capital social: R\$ 7.000.000,00. A administração da sociedade é exercida pelos Diretores Santo Zanin Neto e Marcella Caetano Barbosa Zanin de Almeida. II- Da existência de grupo econômico: Consta na petição inicial que todas as Requerentes hospedam-se em um grupo econômico de fato e familiar, com fortes repercussões jurídicas e concebidas a partir e para a atividade produtiva da Requerente Seara. Argumentam também que há simbiose entre os sócios pessoas físicas provenientes da mesma estirpe familiar, presença societária majoritária da Requerente Seara nos terminais e atividades repletas de afinidades, com garantias prestadas entre as empresas, uma complementando a outra numa franca coordenação e interesses símiles. III- Do desenvolvimento dos produtos e seus mercados: a Requerente Seara é considerada um dos mais importantes *players* do mercado de grãos no Brasil, tendo presença relevante na exportação, forte no agronegócio, além de outras atividades, sendo sócia majoritária da Itiquira. A Requerente Penhas em um perfil paralelo ao da Requerente Seara, mas na produção primária de grãos, através da exploração das suas propriedades rurais e que fomentam, de igual modo, o agronegócio. Não menos importante no contexto geral das Requerentes, surge a Requerente Zanin Agropecuária, explorando a atividade agropecuária e prestação de serviços que se constitui num dos pilares do grupo. A outra empresa do grupo - BVS é produtora de embalagens e credora de expressivo ativo tributário. Assim, somente uma recuperação judicial se prestará a soerguê-las nas condições de mercado, econômicas e financeiras com reflexo em todas as Requerentes. IV- Das razões econômicas para o pedido de recuperação judicial: a) Do crédito tributário não restituído pelo Governo Federal em expressivo valor e que esfacelou o capital de giro da Requerente Seara e da existência de crédito tributário da Requerente BVS. O grupo econômico, a grosso modo, é titular de um crédito tributário de R \$ 978.757.036,00 (créditos pertencentes às Requerentes Seara e BVS). Assim, alegam que se as Requerentes tivessem se creditado efetivamente nos valores que lhes são restituíveis, não estariam passando pela atual crise econômica; b) Dos balanços de 2014 e 2015 e a frustração de safra de 2016: nos anos de 2014 e 2015 a Requerente Seara apresentou um lucro de R\$ 54.547.000,00 e de R\$ 151.842.000,00, respectivamente. Em 2016, a frustração da safra causou aumento absurdo dos preços da soja e milho, o que causou um prejuízo de R\$ 221.370.178,65. Na falta de capital de giro, não consegue adquirir, neste momento, os produtos necessários para os embarques de exportação; c) Da alavancagem bancária: no afã de manter a atividade, a Requerente Seara adotou a alavancagem bancária e os custos dos empréstimos antes acessíveis, os quais se tornaram difíceis, exigindo a prestação de avais pessoais e de pessoas jurídicas do grupo econômico, com garantias exageradas, contaminando todo o grupo econômico. V- Da condição das Requerentes e do passivo total do grupo: o passivo total do grupo econômico sujeito à recuperação judicial corresponde a R\$ 2.101.139.633,00. VI- Das condições gerais para a recuperação das Requerentes: a crise financeira das empresas Requerentes não é uma situação singular, mas se insere em um contexto amplo que ultrapassa, temporariamente, sua capacidade produtiva, colocando em risco o ativismo econômico, com prejuízos aos próprios credores. VII- Das condições de admissibilidade do pedido de recuperação judicial - Exigências do artigo 48, da Lei nº 11.101/2005: As Autoras preenchem todos os requisitos constantes no artigo 48 da Lei de Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005). VIII- Dos requisitos previstos no artigo 51 da Lei 11.101/2005: as Requerentes cumpriram todos os requisitos previstos neste dispositivo legal. IX- Da tutela de urgência: a) Da essencialidade da operação logística desenvolvida pelas unidades de recebimento de grãos, silos de armazenagem, terminais de transbordo rodoferroviário e veículos automotores - Bens essenciais à atividade das Recuperandas, cujos ativos serão fazer parte do plano de recuperação - Competência do Juízo da recuperação para deliberar sobre o patrimônio das Requerentes: devem ser asseguradas a validade e eficácia de todos os contratos com os agentes financeiros e com a concessionária de serviço público ferroviário Rumo ALL, durante a recuperação judicial, independentemente da previsão de cláusula resolutória na hipótese de recuperação judicial; b) Da devolução de 133 caminhões e carretas que estão alienados fiduciariamente - Manutenção para uso de 60 caminhões e carretas por parte das Requerentes: No desenvolvimento da sua atividade de intermediação de grãos, a Requerente Seara adquiriu, através de operações de alienação fiduciária junto aos Bancos Mercedes-Benz S.A, Volvo S.A. (cedidos ao Banco Santander S.A.), Banco CNH S.A. e Banco Scania S.A, 193 caminhões e carretas de diversas marcas, anos e modelos. A melhor solução no caso é a entrega autorizada por este Juízo de 133 caminhões e carretas aos respectivos agentes financiadores, com a devolução dos valores que lhes forem atribuídos por parte destes últimos e em favor da Requerente Seara, e manutenção de 60 caminhões e carretas. c) Dos plantios efetivados nas propriedades agrícolas das Autoras Seara, Penhas e Zanin foram efetuados o plantio das lavouras de milho, com a emissão de CPRs, por pessoas físicas, umas sócias e outras não. No entanto, é necessário e fundamental que as receitas advindas dessas áreas plantadas sejam destinadas, ainda que parcialmente, para as despesas dos novos e futuros plantios, sendo depositadas em conta judicial vinculada aos autos de Recuperação Judicial, permitindo que sejam separados valores para os próximos plantios. d) Da existência de maquinários agrícolas adquiridos pela Requerente Seara e objeto de alienação fiduciária: devem ser protegidos os maquinários agrícolas que foram adquiridos pela Requerente Seara, ainda que pendentes de alienação fiduciária. e) Dos arrestos de produtos por credores sujeitos ao pedido de recuperação judicial: necessário que se defira expressamente o pedido para que em todos os autos de arresto,

execuções e cumprimentos de sentença sejam suspensas as ordens de arrestos, penhoras ou qualquer tipo de constrição e, nos casos cujas medidas alcançaram bens fungíveis, sejam restituídos no prazo de 24 horas, bem como, naquelas em que houve a constrição de dinheiro, que se determine a imediata liberação e restituição na conta corrente que será indicada pelas Requerentes. X- Do pedido: Diante do exposto, em conformidade com o art. 47 e demais dispositivos aplicáveis da Lei de Recuperação e Falências, bem como dos diplomas legais que versam sobre o presente assunto ou correlatos, com nítido objetivo da continuidade das empresas e manutenção dos empregos, requereu-se: a) Das tutelas de urgência - em caráter liminar e de extrema urgência, requereu-se: i) a concessão de tutela de urgência para que seja mantida a operação logística desenvolvida pelas Requerentes nos diversos contratos com a Rumo ALL - concessionária de serviço público, determinando-se a sua intimação para que se abstenha de adotar qualquer providência relativa à rescisão ou embaraço do cumprimento das cláusulas dos contratos mantidos com as Requerentes, impedindo-a de retomada dos imóveis cedidos em comodato ou cessão de uso, bem como não cessar o cumprimento dos contratos de transportes, pois os terminais rodoferrviários, ainda que instalados em imóvel sob concessão, são de vital importância para a continuidade da atividade produtiva e viabilização da reestruturação das Requerentes; ii) Em consequência da manutenção dos terminais e operações logísticas, impõe-se a concessão de tutela de urgência para que o BNDES - agente financiador dessas unidades, abstenha-se de adotar qualquer providência relativa a rescisão dos contratos mantidos com as Requerentes, tais como na retomada ou alienação dos bens móveis e imóveis financiados, pois os terminais rodoferrviários e seus ativos são de vital importância para continuidade da atividade produtiva e viabilização da reestruturação; iii) A concessão de tutela de urgência para que sejam mantidos na posse e uso das Requerentes os 60 caminhões e carretas, razão pela qual se faz necessária a ordem de manutenção desses bens pelo Juízo, além daquela decorrente do parágrafo 4º, artigo 6º, da Lei 11.101/2005; iv) A concessão de tutela de urgência, determinando-se a intimação das credoras fiduciárias Mercedes-Benz S.A., Volvo S.A. (cedidos ao Banco Santander S.A.), Banco CNH S.A. e Banco Scania S.A., para que procedam, imediatamente a retirada dos 133 caminhões e carretas de diversas marcas, anos e modelos, ficando ressalvada a obrigatoriedade dos agentes financeiros de devolver em favor da Requerente Seara, os valores que lhe forem atribuídos na forma do artigo 2º do Decreto Lei nº 911/1969, para que sejam aplicadas nas atividades de modo a facilitar a reestruturação; v) a concessão de tutela de urgência autorizando as Requerentes a efetuarem as colheitas da safra de milho próximas e outras futuras, deduzindo as despesas com a colheita, e destacar receita que seja suficiente ao plantio das próximas safras, com a devida prestação de contas nos autos e liberação de eventual saldo remanescente em favor das Requerentes para que sejam aplicadas nas atividades de modo a facilitar a reestruturação, já que com o deferimento do processamento da recuperação judicial as Requerentes não terão acesso ao crédito agrícola; vi) como corolário lógico econômico, a concessão de tutela de urgência para que sejam mantidos na posse e uso das Requerentes os maquinários agrícolas adquiridos pela Requerente Seara, objeto de alienação fiduciária, uma vez que essenciais ao melhor resultado na atividade de plantio e colheita, mostrando-se imprescindíveis para a pronta e célere recuperação do grupo; vii) em prol do princípio da *par conditio creditorum*, a concessão de tutela de urgência para que defira expressamente a suspensão de todos os pedidos de arrestos, execuções e cumprimentos de sentença existentes contra as Requerentes, e em consequência a imediata suspensão das ordens de arrestos, penhoras ou qualquer tipo de constrição e, nos casos cujas medidas alcançaram bens fungíveis, sejam restituídos no prazo de 24 horas, na mesma quantidade e qualidade, nos mesmos locais de retirada, sem custos para as Requerentes, sob pena de exigirem-se eventuais fianças bancárias dadas em garantia naqueles processos, bem como, naquelas em que houve a constrição de dinheiro, que se determine a imediata liberação e restituição na conta corrente que será indicada pelas Requerentes; b) Do deferimento do processamento da recuperação judicial - requereu-se o processamento da presente recuperação judicial, protestando pela apresentação do plano de recuperação judicial no prazo estabelecido pelo art. 53 da Lei 11.101/2005 e determinar as seguintes providências: i) expedição de ofício aos Juízos das Varas do Trabalho, Varas Cíveis e Federais para conhecimento da presente recuperação judicial e para que procedam ao desbloqueio dos bens e valores arrestados ou penhorados porque os créditos trabalhistas e quirografários sujeitam-se ao processo de recuperação judicial, retornando os valores e bens à disposição das Requerentes, assumindo a responsabilidade de encaminhamento desses ofícios aos respectivos Juízos; ii) expedição de ofício para que o SERASA e SPC, procedam ao imediato cancelamento das anotações em desfavor das Requerentes; iii) Nomeação de um administrador judicial; iv) Imediata suspensão de todas as ações ou execuções contra as Requerentes, oficiando-se aos respectivos juízos, conforme relação apresentada; v) Intimação do ilustre representante do Ministério Público; vii) Comunicação por carta à Fazenda Pública Federal, bem assim às Unidades Federativas e Municípios de sua sede e filiais; viii) Expedição do edital na forma dos incisos I a III, do § 1º, do art. 52, da Lei 11.101/2005. Posteriormente, as Requerentes emendaram a petição inicial, para exclusão das autoras Terminal Maringá S/A e Terminal Portuário Seara S/A do pedido de recuperação judicial. **DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - mov. 96.1:**

"1. Trata-se a presente demanda de pedido de Recuperação Judicial ajuizado por grupo econômico formado pelas empresas SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.; PENHAS JUNTAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.; ZANIN AGROPECUÁRIA LTDA.; TERMINAL ITIQUIRA S/A; TERMINAL MARINGÁ S/A; TERMINAL PORTUÁRIO SEARA S/A; e B.V.S. PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA., nos termos da petição inicial e documentos juntados nos movimentos 1.4 a 1.172. Da análise da petição inicial, verifico ainda que as recuperandas pleitearam diversas medidas em caráter de urgência, a saber: (...) É

o relatório. Passo a decidir. Acolho as emendas à petição inicial de mov. 49.1 e mov. 90.1. 2. Retifique-se o polo ativo da ação, a fim de excluir as empresas TERMINAL MARINGÁ S/A e TERMINAL PORTUÁRIO SEARA S/A do pedido de recuperação judicial. Inicialmente, em relação à formação de litisconsórcio ativo das requerentes para o manejo conjunto da recuperação judicial, importa registrar não haver qualquer controvérsia nesse sentido (...) Além da dependência econômica existente entre as requerentes, o que é facilmente constatado analisando-se o ciclo de atividades das empresas descrito na inicial, é fato que a empresas possuem identidade de sócios conforme acima se comprova, mostrando-se evidente a confusão patrimonial das requerentes, já que o funcionamento de uma depende diretamente do funcionamento das outras. Logo, conclui-se pela formação de grupo econômico de fato, não havendo qualquer óbice na análise do pedido de recuperação judicial das empresas autoras concomitantemente. (...) Por fim, tendo em vista que a empresa que comanda o Grupo Econômico, a Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., localiza-se nesta Comarca de Sertãozinho - PR, nos termos do disposto no artigo 3º da Lei n. 11.101/2005, entendo pela competência deste Juízo para a apreciação desta inicial. (...) Do pedido de recuperação judicial: Passo à análise do pedido de processamento da Recuperação Judicial do "Grupo Econômico Seara", composto pelas empresas Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.; Penhas Juntas Administração e Participações Ltda.; Zanin Agropecuária Ltda.; Terminal Itiquira S/A; e B.V.S. Produtos Plásticos Ltda. Ressalto que foram juntados aos autos os documentos impostos pelo artigo 51 da Lei 11.101/2005 (...) E, ante a exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira enfrentada pelo grupo econômico requerente, com a juntada dos documentos impostos pelo art. 51 da Lei 11.101/2005, recebo a inicial e determino o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL das empresas SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., PENHAS JUNTAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., ZANIN AGROPECUÁRIA LTDA., TERMINAL ITIQUIRA S/A e B.V.S PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA. Procedo as seguintes medidas administrativas e judiciais: 3. Nomeio **ADMINISTRADOR JUDICIAL, a empresa CREDIBILITÁ - Administrações Judiciais, com sede na Avenida Batel, 1.750 - Batel, Curitiba, telefone (41) 3156-3123**, a qual deverá ser intimada para dizer se aceita o encargo, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 21 da Lei 11.101/2005). 4. Determino que a empresa autora, em conjunto com o administrador judicial, no prazo de 20 (vinte) dias, disponibilize em seu site, por intermédio de link próprio e de fácil entendimento, visualização das informações a respeito da recuperação judicial, para o fim de tornar públicos, de forma efetiva e transparente, todos os atos do presente procedimento, devendo tais informações ser constantemente atualizadas, no mínimo quinzenalmente, devendo constar informações a respeito das atualizações no relatório mensal do administrador. 5. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a empresa autora exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 69 da Lei 11.101/2005). 6. Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa autora, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações que demandarem quantia ilíquida, ações de natureza trabalhista e execuções fiscais (art. 6º da Lei 11.105/2005), bem como as relativas a créditos com garantia fiduciária de móveis ou imóveis, arrendamento mercantil, imóvel comprometido à venda em incorporações imobiliárias, com reserva de domínio e contrato de câmbio para exportação (§§3º e 4º do art. 49 da Lei 11.105/2005). 6.1. Ressalte-se que cabe ao devedor informar ao juízo competente a suspensão das ações. 7. Determino à requerente a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. 8. Ordeno a intimação do Ministério Público, da Fazenda Pública Federal, do Estado do Paraná e do Município de Sertãozinho da presente decisão. 9. Oficie-se à Junta Comercial para que seja adotada a providência mencionada no artigo 69, parágrafo único, da LRF. 10. Ordeno a expedição de edital (artigo 52, §1º, da LRF), para publicação no órgão oficial, que conterá: I - o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial; II - a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; III - a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, da LF, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, nos termos do art. 55 da Lei de Falências. 11. O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados na exordial é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (art. 7º, §1º), sendo que o protocolo das petições deverá ser realizado no escritório do ADMINISTRADOR JUDICIAL, observados os requisitos do art. 9º. 12. Deverá o devedor apresentar seu plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 dias da publicação desta decisão, sob pena de convalidação em falência, observando os requisitos dos artigos 53 e 54 da LRF. 13. Ressalvo que, tendo sido deferido o processamento da Recuperação Judicial nesta data, não poderão as requerentes desistir do pedido, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores. 14. A partir deste momento, os credores que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total dos créditos de uma determinada classe poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia-geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros. 15. Determino que a serventia junte certidão da presente decisão, com urgência, aos autos de todos os processos que tramitam neste juízo envolvendo as requerentes. Das tutelas de urgência requeridas na petição inicial I. Da manutenção dos contratos de transporte rodoferrviário (...) Portanto, presentes os requisitos legais, **IMPÕE-SE A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA**, a fim de que seja mantida a operação logística desenvolvida pelas requerentes nos diversos contratos firmados com a Rumo ALL - concessionária de serviço público, impedindo-se, ao menos por ora, a retomada dos imóveis cedidos em comodato ou cessão de uso, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Por consequência,

fica também o BNDES - agente financiador da unidade de Itiquira/MT, ciente de que deve se abster de adotar qualquer providência relativa à rescisão dos contratos mantidos com as requerentes, sob as mesmas penas acima expostas. 16. Intime-se a RUMO ALL - concessionária de serviço público, da presente decisão, por meio de seu procurador, peticionário de mov. 28.1. 17. O banco BNDES deverá ser intimado por carta AR em endereço a ser disponibilizado pelas requerentes, caso ainda não conste da petição inicial. Defiro, por fim, a intimação da ANTT requerida pela RUMO em mov. 28.1. 18. Intime-se a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) via CARTA AR, em endereço a ser indicado pela RUMO, caso já não conste da petição de mov. 28.1, a fim de que se manifeste acerca da manutenção do contrato, no prazo de 10 (dez) dias. II. Da devolução de 133 (cento e trinta e três) caminhões e carretas que estão alienados fiduciariamente (...) Neste diapasão, DEFIRO A MEDIDA DE URGÊNCIA, a fim de autorizar a devolução dos 133 (cento e trinta e três) caminhões e carretas aos respectivos agentes financeiros, o que deverá ocorrer mediante apresentação de planilha pormenorizada pela requerente, com a descrição de cada bem, especificando a qual agente financeiro correspondente, o número do contrato, bem como a quantia já adimplida do contrato em questão. Ressalto, na forma da fundamentação, que a devolução dos bens não desobriga a requerente do pagamento da dívida anterior à devolução e deverá ocorrer às custas das empresas requerentes. 19. Apresentada a planilha acima mencionada pela requerente SEARA, intime-se o Banco Mercedes-Benz S.A, a Volvo S.A. (cedidos ao Banco Santander S.A.), o Banco CNH S.A. e o Banco Scania S.A acerca da presente decisão, pela via postal, nos endereços a serem informados pelas requerentes. 19.1. A Intimação deverá ser acompanhada da planilha a ser apresentada pela requerente SEARA. III. Da manutenção na posse e uso das requerentes de 60 (sessenta) caminhões e carretas alienados fiduciariamente e da existência de maquinários agrícolas adquiridos pela requerente Seara e objeto de alienação fiduciária (...) Logo, caso intentadas ações de busca e apreensão contra a recuperanda, a manutenção da posse dos referidos bens será decidida caso a caso, razão pela qual INDEFIRO, ao menos por ora, A TUTELA DE URGÊNCIA PARA MANUTENÇÃO NA POSSE de 60 (sessenta) caminhões e carretas alienados fiduciariamente, bem como do maquinário agrícola adquirido pela requerente SEARA. IV. Dos plantios efetivados nas propriedades agrícolas das Autoras Seara, Penhas e Zanin Agropecuária (...) Em razão do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA no que toca ao pedido de realização da colheita das lavouras de milho nas quais foram emitidas as Cédulas Rurais Pignoratícias mencionadas na petição inicial, pela ausência do perigo da demora, requisito previsto no artigo 300 do NCPC. Destaco que a presente decisão é provisória e não descarta posterior análise incidental na hipótese da juntada de novos documentos. V. Dos arrestos de produtos por credores sujeitos ao pedido de recuperação judicial (...) Por todo o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA para que sejam restituídos os bens objeto de arrestos anteriores ao deferimento do processamento da recuperação judicial. (...) Do pedido de tutela de evidência de mov. 31.1 À mov. 31.1, EDILSON GRANEMANN, EMERSON FERNANDO GRANEMANN RODRIGUES, FELIPE AUGUSTO VILELA GAUDENCIO, VALDENICE GRANDEMANN e VALMIR JESUS GRANEMANN relatam que são produtores rurais e que depositaram sua produção de soja nas dependências da empresa SEARA no município de Ibaiti/PR. Por serem proprietários dos grãos depositados junto à recuperanda SEARA, requerem seja concedida, em tutela de urgência, autorização para que promovam a retirada da soja em depósito imediatamente. Em que pese as alegações dos peticionários, tenho que não cabe ao juízo da recuperação judicial decidir sobre os produtos agropecuários de terceiros depositados em armazéns das empresas submetidas aos efeitos da recuperação (...) Por tais razões, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA de mov. 31.1. 20. Por fim, à Escritania para que: a) intime as empresas recuperandas a fim de que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos pedidos de mov. 40.1, 53.1 e 92.1, este último especificamente no que toca à expedição de ofícios aos Portos de Paranaguá/PR e São Francisco do Sul/SC. b) intime o BANCO INDUSVAL, a fim de que se manifeste acerca do conteúdo na mov. 53.1, no prazo de 10 (dez) dias 21. Após, tornem conclusos para deliberação. Intimações e diligências necessárias."

#### DECISÃO EMENDA À INICIAL - mov. 451.1:

Do aditamento à petição inicial para inclusão de Santo Zanin Neto e Maria Ester Caetano Zanin. Alegam as recuperandas que o polo ativo da recuperação judicial deve ser estendido para atingir também os Srs. Santo Zanin Neto e Maria Ester Caetano Zanin, sob o argumento de que ao menos 50% (cinquenta por cento) das ações sobre as participações societárias do grupo em recuperação são inerentes à Sra. Maria Ester Caetano Zanin, casada em regime de comunhão universal de bens com o Sr. Santo Zanin Neto. Argumentam que os ativos constituídos sempre foram e são proveitosos à sociedade conjugal, da mesma forma que o passivo também lhes atinge. Afirmam os requerentes (Santo Zanin Neto e Maria Ester) que, em que pese não possuam inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, requisito para o exercício regular da empresa previsto no artigo 48 da LRF, tal fato não pode ser óbice ao deferimento da sua inclusão no polo ativo da presente Recuperação Judicial, já que são produtores rurais, beneficiados pelo regime diferenciado previsto no artigo 971 do Código Civil. Sem razão, contudo. (...) Diante do exposto, com fulcro no artigo 48 da Lei 11.101/2005 e artigo 971 do Código Civil, indefiro o pedido de inclusão de Santo Zanin Neto e Maria Ester Caetano Zanin no polo ativo da presente Recuperação Judicial, por serem partes ilegítimas para pleitear a sua Recuperação Judicial em razão da ausência de registro mercantil. (...) 8. Do pedido de adiantamento do pagamento aos pequenos credores - Alegam as recuperandas que, através da elaboração do quadro geral de credores retificado, verificaram grande incidência de credores de origem rural com pequenos valores a receber. Neste contexto, requererem a flexibilização da estrutura concursal estatuída pela Lei 11.101/2005, para que seja possibilitado o pagamento adiantado de pequenos credores pessoas físicas das classes III e IV, conforme planilha apresentada do corpo da petição (item V). 8.1. Sobre a viabilidade de tal pedido e sua instrumentalização

prática, determino a intimação do Sr. Administrador Judicial e equipe, a fim de que emitam parecer no prazo de 10 (dez) dias. 8.2. Após, nova conclusão para deliberação sobre o pedido. 9. Do pedido de suspensão dos efeitos da publicidade dos protestos - Informam as requerentes que, mesmo após a decisão deste juízo acerca da suspensão das ações e execuções em face das recuperandas, estão sendo realizados inúmeros protestos, o que deturpa a imagem das empresas e dificulta a contratação de novos negócios. Por tais razões, requer a suspensão dos efeitos dos protestos até que seja aprovado o Plano de Recuperação Judicial. O pleito não merece acolhimento (...) Por consequência, indefiro, ao menos por ora, a suspensão dos efeitos dos protestos lavrados em face das empresas em recuperação. (...)

#### RELAÇÃO DE CREDORES DE SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - Em Recuperação Judicial (CNPJ: 75.739.086/0001-78)

**CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS:** ABEL BARBOSA DE SOUZA - R\$ 1.011,01; ABNER MONDECK GONCALVES - R\$ 573,54; ADAIR LUIZ SULZBACHER - R\$ 3.098,33; ADAO DE LIMA - R\$ 4.320,01; ADELIR JOSE FENTZKE - R\$ 6.698,40; ADEMIR APARECIDO DE OLIVEIRA - R\$ 1.165,31; ADEMIR MARCIANO DA SILVA - R\$ 579,00; ADEMIR VALENTIM SANTIOLI - R\$ 1.022,01; ADENILDO LUIS FAGUNDES - R\$ 1.008,33; ADENILSON EMILIANO DA SILVA - R\$ 602,42; ADENILSON MORARA - R\$ 662,00; ADILIO SANTANA DOS SANTOS - R\$ 1.056,89; ADILSON BATISTA PEREIRA DE SOUZA - R\$ 455,50; ADILSON CHECO - R\$ 899,47; ADILSON JOSE DOS SANTOS FARIAS - R\$ 1.070,68; ADINALDO BORGES FERREIRA - R\$ 4.336,41; ADRIANA CARLA GOBATO - R\$ 5.803,92; ADRIANA HIDEKO NAGATA - R\$ 997,73; ADRIANO AZEREDO COSTA - R\$ 5.373,28; ADRIANO DE MEDEIROS DA SILVA - R\$ 4.149,16; ADRIANO GABRIEL BETIATI - R\$ 524,41; ADRIANO GOMES - R\$ 519,82; ADRIANO ROZA GRACIA - R\$ 791,64; AGNALDO APARECIDO FERREIRA - R\$ 1.654,71; AGUIMAR DE OLIVEIRA CAMPOS - R\$ 911,00; AILTON FRANCO CURTI - R\$ 6.921,03; ALCEU RAMOS PEREIRA - R\$ 5.293,50; ALCINDO BUENO DE OLIVEIRA - R\$ 981,49; ALECIO DEVANIR DOS SANTOS - R\$ 8.359,07; ALESSANDRO PEREIRA ESTEVO - R\$ 4.495,15; ALEX JUNIOR DE SOUZA - R\$ 664,34; ALEX SANDRO VIEIRA - R\$ 3.821,34; ALEXANDER MEDEIROS - R\$ 3.296,61; ALEXANDRE PEREIRA - R\$ 5.016,00; ALEXANDRO APARECIDO DE SOUZA - R\$ 645,74; ALEXANDRO FERNANDES ESTEVAO - R\$ 1.419,80; ALFEU LEITE - R\$ 42.000,00; ALISSA MARIA LALUCCE - R\$ 1.666,67; ALISSON CALEFFI - R\$ 531,67; ALISSON HENRIQUE PERES DA CRUZ - R\$ 13.695,86; ALLAN KARDEC FRANCO SERVELHA JUNIOR - R\$ 2.322,13; ALTEMAR PAULO PAULINO - R\$ 6.882,18; ALTEMIR MIRANDA DE OLIVEIRA - R\$ 735,90; ALVARO PEREIRA GONCALVES - R\$ 5.435,73; AMANDIO MOTA SENA - R\$ 6.383,12; AMARILDO ALMEIDA PADILHA - R\$ 8.064,87; AMARILDO EVANGELISTA DE MELO - R\$ 543,16; AMAURI APARECIDO DOS SANTOS BATISTA - R\$ 819,33; ANA FLAVIA AFONSO ROSA - R\$ 5.874,76; ANA FLAVIA SANTOS DE MIRANDA - R\$ 3.218,85; ANDERSON JOSE DE SOUZA - R\$ 519,97; ANDERSON NEVES SIQUEIRA - R\$ 1.853,13; ANDERSON PEREIRA ESTEVO - R\$ 941,83; ANDERSON RIBEIRO DE QUEIROZ - R\$ 918,93; ANDERSON SILVA LUZ - R\$ 977,45; ANDERSON WACHISKE FERREIRA - R\$ 1.009,25; ANDRE BALIEIRO DA SILVA - R\$ 3.987,71; ANDRE CAETANO MOURA - R\$ 1.583,33; ANDRE DE ARAUJO DOS PASSOS - R\$ 911,00; ANDRE GOMES DE MELLO - R\$ 467,23; ANDRE LUCAS GARCIA DO NASCIMENTO - R\$ 1.600,67; ANDRE ROMAGNOLI DA FONSECA - R\$ 891,00; ANDRE SICHIERI LESSE - R\$ 2.332,04; ANDREA CRISTIANA GUIMARAES - R\$ 1.180,00; ANGELA MARIA PAZINATO SCHERLOWSKI - R\$ 1.009,00; ANGELO LEMES PIMENTEL - R\$ 3.211,06; ANISIA RODRIGUES SENA SOUZA - R\$ 539,47; ANTONIO APARECIDO FACIO - R\$ 911,00; ANTONIO CARLOS DA ROCHA - R\$ 221,33; ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA - R\$ 1.137,22; ANTONIO CARLOS DE MELO - R\$ 5.382,25; ANTONIO CEZAR DA SILVA - R\$ 7.500,00; ANTONIO CLAUDINEI STOCK DE LIMA - R\$ 681,10; ANTONIO CORREIA BOAVENTURA - R\$ 689,08; ANTONIO DA SILVA - R\$ 7.965,30; ANTONIO DE LIMA - R\$ 5.635,10; ANTONIO DONIZETE VIEIRA - R\$ 2.733,95; ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS - R\$ 6.902,86; ANTONIO GALDINO MOREIRA - R\$ 20.000,00; ANTONIO LOPES DA TRINDADE - R\$ 473,74; ANTONIO MARCOS COLOMBO - R\$ 8.061,35; ANTONIO MARCOS DA COSTA - R\$ 1.596,47; ANTONIO MARCOS MARCOLINO - R\$ 911,00; ANTONIO MARQUES DA COSTA - R\$ 400,75; ANTONIO MOACIR DE AVELAR - R\$ 1.186,34; APARECIDO ESTEVA DO PRADO - R\$ 627,82; APARECIDO FERREIRA DA COSTA - R\$ 612,87; APARECIDO GONCALVES DE MELO - R\$ 480,57; APARECIDO OLERIANO DA SILVA - R\$ 662,00; APARECIDO PROCOPIO TEIXEIRA - R\$ 6.060,18; APARECIDO XAVIER DOS REIS - R\$ 564,29; ARILDO GONCALVES PADILHA - R\$ 1.836,00; ARNALDO DE SOUZA JUNIOR - R\$ 5.833,09; AUDINIR ROBERTO MEDEIRO - R\$ 7.175,34; BENEDITO PRANDI - R\$ 570,95; BRUNA CARLA BACINELLO - R\$ 578,00; BRUNA DAIANE SILVEIRA - R\$ 482,33; BRUNA FERNANDA GARCIA - R\$ 492,78; BRUNA THAIS VENANCIO DE MELO - R\$ 428,43; BRUNO ALVES DE LIMA - R\$ 954,14; BRUNO CESAR TEODORO - R\$ 905,00; BRUNO CEZAR MOREIRA - R\$ 1.228,67; BRUNO CHAGAS CAVALCANTE - R\$ 543,59; BRUNO DE JESUS PEIXOTO - R\$ 4.900,89; BRUNO GUILHERME MARTINS DA SILVA - R\$ 842,90; BRUNO PROCOPIO DA SILVA - R\$ 5.675,14; CAIO LEANDRO DE ASSIS - R\$ 5.763,27; CARLOS ALBERTO ANDRADE MOREIRA - R\$ 581,38; CARLOS ALBERTO ARAGON - R\$ 1.107,30; CARLOS ALBERTO LOURENÇO DE ALMEIDA - R\$ 445,67; CARLOS ALBERTO MASSARU ADATI - R\$ 5.652,33; CARLOS AUGUSTO EMILIANO DE ALMEIDA - R\$ 597,68; CARLOS EDUARDO CASU - R\$ 3.145,60; CARLOS HENRIQUE NEVES - R\$ 1.002,33; CARLOS HENRIQUE PERRI - R\$ 912,81; CARLOS ROBERTO MARZOLLA - R\$ 2.441,40; CARLOS ROGERIO CAPOCE - R\$ 12.821,81; CASSIANO DA SILVA RIBEIRO - R\$ 7.781,46; CELIO ROCHA DE ARAUJO - R\$ 558,33; CELSO ALVES DE OLIVEIRA - R\$ 961,54; CELSO APARECIDO PEREIRA - R\$ 3.296,61; CELSO

















350,67; MAURI FERREIRA DE QUADROS - R\$ 645,33; PHILIPPE FIORI DE SÁ MENDONÇA - R\$ 424,00; ROBSON CICERO DA SILVA SOUZA - R\$ 807,13; RONILDO SOARES DE BRITO - R\$ 575,33; VALDIR VALDEMAR WENDLAND - R\$ 996,00; VALMOR MARQUES DA TRINDADE - R\$ 718,67; VANDERLEI FERREIRA DE REZENDE - R\$ 1.854,53; WAGNER GERALDO BASSETTO - R\$ 1.428,93; WALISSON FIGUEIREDO LOPES - R\$ 996,33. **TOTAL CREDORES CLASSE I: R\$ 26.797,96.**

**CLASSE III - CREDORES QUIROGRAFÁRIOS:** 4DI COMERCIO DE BORRACHAS E PARAFUSOS LTDA - R\$ 80,00; ANA REGINA SILVA PERES - R\$ 27,00; AUTO LOCADORA SHOWCAR LTDA - R\$ 1.535,00; AUTO POSTO AVENIDA LTDA - R\$ 8.030,17; BALANCAS CIANORTE LTDA - R\$ 190,48; BAYER S.A - R\$ 473.680,95; BRASCAR LOCADORA DE AUTOMOVEIS LTDA - R\$ 2.943,83; CATAPAN & CATAPAN LTDA - R\$ 1.330,82; COMERCIO PLATO DISCO RONDONOPOLIS LTDA - R\$ 985,00; DIESEL COM TRANSP. E REVEND. DE DIESEL COMBUSTIVEL LTDA - R\$ 13.900,00; DUARTE DE SOUZA & SANTOS LTDA - R\$ 1.578,25; ECD COMERCIO E MANUT DE PROD DE TELEINFORMATICA LTDA - R\$ 15.171,72; ELIAS FARAH E CIA LTDA - R\$ 270,00; F.V.MOTA & CIA. LTDA - R\$ 291,40; FERNANDO LUIZ LOUREIRO DE OLIVEIRA - R\$ 3.600,00; FRANCIOSI & ASSMANN LTDA - R\$ 1.800,00; FRIBON TRANSPORTES LTDA - R\$ 156.870,60; GERMIBRAS COM.REPRESENT.IMP. E EXP.LTDA - R\$ 169.505,00; GOIAS MATERIAIS E PROD.VETERINARIOS LTDA - R\$ 493,02; IGUACU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - R\$ 4.659,76; INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - R\$ 439.970,71; IVANILDA DOS SANTOS COUTINHO - R\$ 4.222,00; JP BORRACHARIA LTDA - R\$ 1.435,00; KEDMA SANTANA LEITE - R\$ 557,00; KIMURA DA SILVA & CIA LTDA - R\$ 150,00; M S EQUIPAMENTOS LTDA - R\$ 2.714,95; NUTRIBEM PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - R\$ 1.389,67; ORLANDO PEREIRA CARDOSO - R\$ 200,00; RETIFICADORA SONORA LTDA - R\$ 1.332,38; RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS SP S.A. - R\$ 1.624,99; SEBASTIAO BORGES DE MORAIS - R\$ 320,00; SHARK TRATORES E PECAS LTDA - R\$ 1.909,12; SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - R\$ 441.402,33; SO FREIOS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - R\$ 1.292,00; SOARES IMPORTADORA LTDA - R\$ 100,00; SOUBHIA E CIA LTDA - R\$ 337,70; SPH SISTEMAS LTDA - R\$ 1.849,60; TAIPA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - R\$ 45,00; TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA - R\$ 41.700,00; TRACTOR PARTS PECAS LTDA - R\$ 110,00; UNIMED DE LOND.COOP.DE TRABALHO MEDICO - R\$ 431,47; VERNISSE & VERNISSE LTDA - R\$ 340,00; VITTA COMERCIAL LTDA - R\$ 2.050,00; WANDERSON PEREIRA DA COSTA - R\$ 24.000,00. **TOTAL CREDORES CLASSE III: R\$ 1.826.426,92.**

**CLASSE IV - CREDORES ME E EPP:** BENTO SARMENTO ANDRADE - ME - R\$ 500,00; C R ROCHA - ME - R\$ 1.250,00; C. MICHELS - ME - R\$ 179,00; C.P. DE MATOS - ME - R\$ 229,00; CARLINDOMAR DOS SANTOS DANTAS - MEI - R\$ 400,00; CLEBER LOPES DA SILVA & CIA LTDA - ME - R\$ 3.730,11; DOS SANTOS ARRUDA E ARRUDA LTDA ME - R\$ 1.104,00; E S PEREIRA ME - R\$ 450,00; EPI MT COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIP. DE PROTECAO LTDA-ME - R\$ 152,00; FUNILARIA DO BENTO EIRELI - ME - R\$ 450,00; J PEREIRA DA SILVA COMERCIO - EPP - R\$ 82,00; J. R. DE ALMEIDA REFRIGERACOES ME - R\$ 350,00; JOEL HILLESHEIM ME - R\$ 22.384,45; L R COLOSSI & CIA LTDA - ME - R\$ 501,40; L. C. DA SILVA - AUTO ELETRICA - EPP - R\$ 1.350,57; MECANICA E BORRACHARIA RECREIO EIRELI - ME - R\$ 568,00; MORIAR - EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVO LTDA - ME - R\$ 840,00; NAOR SELVIM BARROS - ME - R\$ 1.270,00; OLISSE ANTONIO TOLDO - R\$ 500,00; PARANA PECAS AGRICOLAS LTDA - ME - R\$ 1.190,00; PARATI LUBRIFICANTES E FERRAMENTAS LTDA-EPP - R\$ 433,15; PAULO PAES DE LIRA - ME - R\$ 325,51; PRO SEMENTE LAB. DE ANALISE DE SEMENTES LTDA - ME - R\$ 240,00; RECUPERADORA SONORA EIRELI - EPP - R\$ 746,00; RONDET COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP - R\$ 361,20; SONORA AUTO PECAS LTDA- EPP - R\$ 1.557,80; WALTER BARBOSA BITTAR & ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP - R\$ 6.595,30. **TOTAL CREDORES CLASSE IV: R\$ 47.739,49.**

**RELAÇÃO DE CREDORES DE TERMINAL ITIQUIRA S/A - Em Recuperação Judicial (CNPJ: 13.567.378/0001-13)**

**CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS:** DAIANE TEODORA CAMPOS - R\$ 533,88; DAVID MARQUES CAMPOS - R\$ 612,31; FABIANO SOUZA DE OLIVEIRA - R\$ 1.054,17; FRANCISCO JOSE DOS SANTOS - R\$ 975,53; GILVAN CANDIDO PANIAGO - R\$ 818,94; GIVANILDO SANTOS GOMES - R\$ 862,61; HELDER BRUNO FERREIRA MORAIS - R\$ 629,00; IVANEZ DOMINGOS DOS SANTOS - R\$ 418,61; IVETE GOMES MACHADO - R\$ 542,06; JANAINA ALVES DE ASSIS - R\$ 855,26; JESER PEREIRA DA SILVA - R\$ 591,32; LAERCIO MUNIZ - R\$ 1.668,33; LINDOMAR TEIXEIRA CAMPOS - R\$ 694,59; LUIZ AURELIO CARDOSO GONÇALVES - R\$ 3.600,33; MILTON SEVERIANO DA SILVA - R\$ 596,54; VAGNER ILARIO MARIANO - R\$ 137,04; VALDORI MANOEL DUARTE - R\$ 488,61; VERA LUCIA DOS SANTOS NOGUEIRA - R\$ 545,79. **TOTAL CREDORES CLASSE I: R\$ 15.624,92.** **CLASSE II - CREDORES COM GARANTIA REAL:** BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES - R\$ 3.839.776,59. **TOTAL CREDORES CLASSE II: R\$ 3.839.776,59.** **CLASSE III - CREDORES QUIROGRAFÁRIOS:** AGRO FERRAGENS LUIZAO LTDA - R\$ 4.377,94; ASSESSORIA TECNICA AMBIENTAL LTDA - R\$ 3.017,94; AUTO POSTO FILO LTDA - R\$ 2.815,36; BALANCAS CIANORTE LTDA - R\$ 3.325,00; CARLOS ALBERTO DOS SANTOS - TECIDOS - R\$ 1.255,80; DDMAT DESINSETIZADORA LTDA - R\$ 3.546,00; ELETRICA SERPAL LTDA - R\$ 21,60; EMANUEL VIDROS COMERCIO E MANUTENCAO DE VIDROS LTDA - R\$ 600,00; ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA - R\$ 85,40; GD COMERCIO DE BORRACHAS E DERIVADOS LTDA - R\$ 1.900,00; JUCELIA ILARIO MARIANO - R\$ 2.000,00; JULIA AGUIAR MERCADANTE ELETRONICOS E INFORMATICA ME - R\$ 810,00; LEANDRO XAVIER DOS SANTOS - R\$ 400,00; MOROKAWA E GONÇALVES LTDA - R\$ 12.062,50; ORGANOACO IND E COM DE BALANÇAS

LTDA - R\$ 4.671,90; PEDRO PEREIRA NUNES - R\$ 399,99; POSTO FARIA LIMA LTDA - R\$ 34,44; ROGIS DONIZETTI BONGIORNO - R\$ 1.215,00; ROSIVALDO DA SILVA - R\$ 399,99; VERTTI TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - R\$ 4.118,00; VNO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - R\$ 477,12; WIDAL E MARCHIETTO LTDA - R\$ 2.520,00. **TOTAL CREDORES CLASSE III: R\$ 50.053,98.** **CLASSE IV - CREDORES ME E EPP:** ELSON ALVES ROCHA EPP - R\$ 684,98; J. R. DE ALMEIDA REFRIGERACOES ME - R\$ 1.150,00; JULIA AGUIAR MERCADANTE ELETRONICOS E INFORMATICA ME - R\$ 810,00; L E C TRANSPORTES LTDA - ME - R\$ 620,00; MUNIK ELLEN DIAS DOS SANTOS - ME - R\$ 22.514,05; TAIAMA PNEUMATICA E AUTOMACAO LTDA - ME - R\$ 1.764,01. **TOTAL CREDORES CLASSE IV: R\$ 27.543,04.**

**VALOR TOTAL GERAL: R\$ 2.693.701.501,95**

E, para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Sertãoópolis, 20 de junho de 2017.

KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO  
Juíza de Direito